



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

FOLHA

074
SAJ

Referente: PLL nº 137/2025

Autoria do projeto: Vereador Paulinho dos Condutores

Assunto: "Dispõe sobre a regulamentação do serviço de transporte de passageiros de veículo automotor tipo motocicleta, denominado mototáxi, no Município de Jacareí, e dá outras providências".

PARECER Nº 427.1/2025/SAJ/WTBM

Ementa: Projeto de Lei Municipal.
Regulamentação de Mototaxi. Precedentes do
STF. Inconstitucionalidade.

I. DO RELATÓRIO

1. Trata-se de Projeto de Lei, do Vereador Paulinho dos Condutores, que dispõe sobre a regulamentação do serviço de transporte de passageiros de veículo automotor tipo motocicleta, denominado mototáxi, no Município de Jacareí.

2. Segundo a justificativa apresentada, o presente projeto visa atender a necessidade de regulamentar atividade que pode atender as necessidades de locomoção e de mobilidade urbana.

3. É o breve relatório, passamos a análise e manifestação.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

FOLHA

V
SAJ

II. DA FUNDAMENTAÇÃO

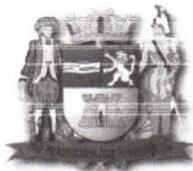
4. A Constituição Federal, em seu artigo 30, incisos I e II, dispõe que é competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

5. O exercício da atividade do profissional de transporte denominado "mototaxista" está disciplinado pela Lei Federal nº 12.009/2009, e esta é a norma que deve ser observada como parâmetro.

6. Recentemente, o Governo do Estado de São Paulo publicou a Lei Estadual nº 18.156/2025, que foi levada a análise pelo Supremo Tribunal Federal e considerada inconstitucional em decisão prolatada no último mês de novembro (ADI 7852). Em síntese, considerou a Egrégia Corte que regulamentar a atividade não é tarefa dos Municípios ou Estados, sendo este um papel que cabe à União. Também foi anotado que o STF fixou o Tema 967 da repercussão geral, pelo qual restou consignado que proibir ou restringir o transporte por motorista de aplicativo é inconstitucional.

7. Embora a propositura ora em comento não mencione expressamente os mototaxistas por aplicativo, dispõe que o serviço *somente poderá ser executado mediante prévia e expressa autorização do órgão competente do Município*, o que implicaria na restrição considerada inconstitucional pelo STF.

8. É preciso reconhecer que o tema é controverso e que ainda não há uma posição solidificada na jurisprudência. Todavia, as decisões hoje em vigor apontam para a impossibilidade de restrição ou proibição da atividade através de autorização expedida pelo Poder Público Municipal. Também



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

FOLHA

084
SAJ

estabelece requisitos em seu artigo 2º e 4º que não estão previstos na Lei Federal supramencionada e que podem ser considerados restritivos.

9. Por tais motivos, entendemos que a propositura, como está, padece de inconstitucionalidade.

III. DA CONCLUSÃO


11. Salientando que não cumpre a esta Secretaria de Assuntos Jurídicos a manifestação sobre o mérito do aludido projeto, entendemos que a propositura em questão apresenta impedimento para tramitação em razão de inconstitucionalidade, motivo pelo qual encontra-se **inapta** a ser apreciada pelos Nobres Vereadores.

12. Caso o projeto eventualmente não seja arquivado, o mesmo deverá ser submetido às Comissões de a) Constituição e Justiça; e b) Obras, Serviços Públicos e Urbanismo.

13. Para aprovação é necessário do voto favorável da maioria simples, presentes, pelo menos, a maioria absoluta dos membros da Câmara em turno único de votação.

14. Este é o parecer opinativo e não vinculante.

Jacareí, 03 de dezembro de 2025


WAGNER TADEU BACCARO MARQUES
SECRETÁRIO-DIRETOR JURÍDICO
OAB/SP Nº 164.303